TRIBUNA PARLAMENTAR

Informativo da Assembléia Legislativa de Pernambuco – Ano III – nº 21 – Abril de 2003

FOTO: BRENO LAPROVITERA

Comissões investigam problemas sociais

Cinco Comissões Especiais aprovadas pela Assembléia Legislativa vão investigar questões polêmicas, como, por exemplo, o sistema de transporte coletivo e a prostituição infantil. Além delas, uma CPI vai apurar o roubo de cargas nas rodovias (foto) e o tráfico de drogas no Estado.

Páginas 4 e 5

EDITORIAL

ALEPE BUSCA SOLUÇÕES PARA A SOCIEDADE

A instalação de Comissões Especiais para tratar de temas específicos e de relevância para o dia-a-dia da população tem marcado o início da atual legislatura. Temas como o sistema de transporte coletivo, a violência sexual contra crianças e adolescentes e a prostituição infantil atingem de perto a sociedade e assumem uma dimensão maior no âmbito do Poder Legislativo.

A apuração de denúncias, a busca por uma discussão mais aprofundada das questões e a tentativa de envolver o cidadão nesses debates são as características principais das Comissões Especiais. Os parlamentares têm investido na criação desses fóruns e estimulado diversos segmentos da sociedade civil a participar do processo.

Comissões Especiais da Assembléia apuram temas específicos e de relevância para o dia-a-dia da população

De acordo com os deputados, essas iniciativas visam fazer com que, juntos, o Poder Legislativo Estadual e os pernambucanos busquem soluções para problemas que interferem diretamente na qualidade de vida da população.

É assim que a Assembléia Legislativa de Pernambuco (Alepe) exerce sua função de representar os interesses da sociedade.

A Alepe tem se comprometido a sensibilizar o cidadão, no sentido de orientá-lo quanto ao papel constitucional do Poder Legislativo e, ao mesmo tempo, fazer desse mesmo cidadão um fiscalizador das ações públicas, já que ele é o principal beneficiário das decisões tomadas no âmbito dos poderes constituídos.

EXPEDIENTE

O Jornal **Tribuna Parlamentar** é uma publicação de responsabilidade do **Departamento de Comunicação Social da Assembléia Legislativa - Divisão de Imprensa**.

MESA DIRETORA: Presidente, Deputado Romário Dias; **1º Vice-Presidente**, Deputado Fernando Lupa; **2º Vice-Presidente**, Deputado José Aglailson Júnior; **1º Secretário**, Deputado João Negromonte; **2º Secretário**, Deputado Bruno Rodrigues; **3º Secretário**, Deputado Nelson Pereira; **4ª Secretária**, Deputada Ceça Ribeiro. **Diretora do Departamento de Comunicação Social,** Christianne Alcântara; **Assessora-adjunta:** Cláudia Lucena; **Chefe da Divisão de Imprensa:** Marconi Glauco; **Editora:**Cláudia Lucena. **Redatores:** Christianne Alcântara, Cláudia Lucena, Natália Tavares, Renata Rodrigues, Pedro Marins. **Estagiário:** Tiago Bacelar. **Revisão:** Cláudia Lucena e Marconi Glauco. **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Alécio Nicolak Júnior e Anderson Galvão. **Fotógrafos:** Breno Laprovitera, Fernando Ferreira, Moisés Barbosa e Roberto Soares. **Tratamento de Imagem:** Carlos Oliveira. **Endereço**: Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, 631 – Recife-PE. Fone: 3217-2368/3221-9375. Fax 3221-9357. PABX 3217-2211.

Nosso endereço na Internet: *http://www.alepe.pe.gov.br* — E-mail: *dimprensa@alepe.pe.gov.br*

ARTIGO

CONSTRUÇÃO DE UM NOVO TEMPO

José Queiroz *



As atividades parlamentares constituem fatos importantes no processo histórico do Estado. Ao titular do mandato cabe à clarividência do exercício do seu mister, consciente das responsabilidades públicas dos seus feitos, atos e decisões.

Procuramos contribuir para ampliar o debate, sobrepondo os interesses do Estado às posições de bancada, pois é imperativo o interesse coletivo. O Poder Legislativo precisa viver permanentemente sintonizado com os movimentos sociais daqui e alhures, atualizando o seu pensamento e fecundando o debate.

Como fórum social, devemos trilhar o caminho da construção de um novo tempo, propondo ou apoiando iniciativas que ajudem a resolver problemas, às vezes seculares, que diminuam as desigualdade sociais, reduzindo o número de deserdados do desenvolvimento do nosso Estado, que atinge alarmante parcela da população, ou seja, 50% de nossos irmãos pernambucanos.

Das menores às maiores questões em análise, a visão conjuntural do parlamentar para decidir sobre temas relevantes transforma nossa Casa num verdadeiro parlamento, enobrecendo o seu patrono, Joaquim Nabuco.

Além de projetos sociais, luto por propostas de elevado alcance estruturador para o nosso Estado. Persevero na implantação do Pólo Farmoquímico de Pernambuco, como fonte geradora de milhares de empregos e, fundamentalmente, um centro de saber científico capaz de mudar a face do desenvolvimento de Pernambuco.

Não me cansarei de buscar argumentos e fundamentadas razões para sensibilizar o Governo Federal na implantação do Projeto de Transposição das Águas do São Francisco, como solução de um problema secular, a questão da seca, que mudará a face do Nordeste, ensejando melhores condições de vida aos nossos cidadãos.

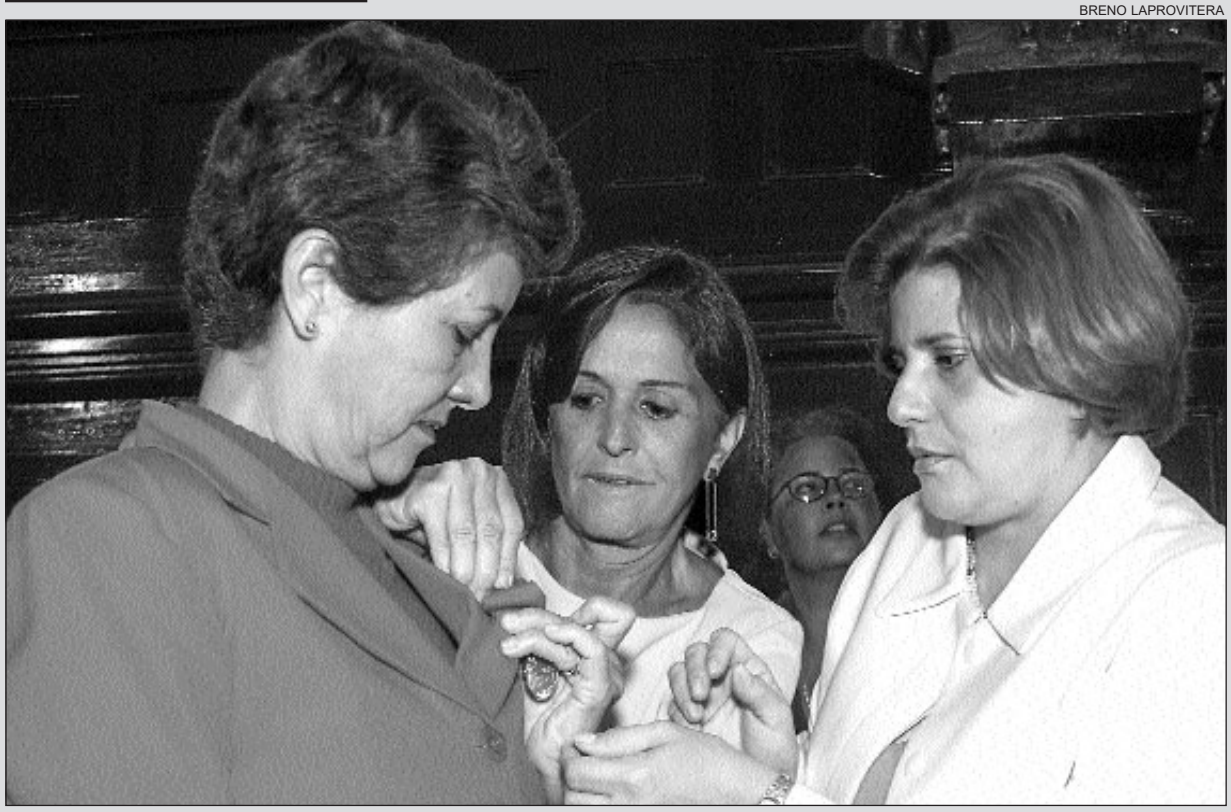
Seremos avalistas, pelas nossas iniciativas, na reinstitucionalização da Sudene, repensada como instrumento moderno para superação das desigualdades regionais no País e em homenagem ao economista Celso Furtado, para não frustrar o seu sonho de conquistar o pleno desenvolvimento da região.

Em síntese, com muito esforço, debruço-me com dedicação no estudo dos mais variados temas que transitam no Poder Legislativo, estimulado pelo reconhecimento de votação que recebi, com a certeza de marcar uma posição digna do mandato que me foi conferido e para ajudar o meu Estado na sua grandiosa vocação de líder regional, resgatando o seu prestígio nacional.

*José Queiroz é líder do PDT na Assembléia Legislativa.

DIA INTERNACIONAL

BRENO LAPROVITERA



MULHERES SÃO HOMENAGEADAS

O Dia Internacional da Mulher foi comemorado com uma homenagem especial, no dia 10 de março, no Plenário da Alepe. No evento, foi entregue a Medalha Mulheres de Tejucupapo ao Sindicato das Trabalhadoras Domésticas, representado pela diretora, Eunice Antônia do Monte, e à delegada titular da 1ª Delegacia da Mulher, Mariluce Coelho (foto à esq.), que recebeu a comenda da diretora do Cerimonial, Socorro Vilaça, e da deputada Ana Rodovalho, do PSC (à dir.). O Grande Expediente Especial contou com a participação das oito parlamentares eleitas no último pleito.

PROJETOS

FERNANDO FERREIRA



O grupo formado pelos deputados Augusto Coutinho, Carla Lapa e José Queiroz deve emitir, no início de maio, parecer unificado sobre as duas propostas

CÓDIGO DE ÉTICA E NOVO REGIMENTO VOLTAM À PAUTA

O Código de Ética Parlamentar e o novo Regimento Interno da Assembléia Legislativa de Pernambuco (Alepe) voltaram a ser apreciados, nesta legislatura, por uma subcomissão, criada pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça e formada pelos deputados Augusto Coutinho (PFL), José Queiroz (PDT) e Carla Lapa (PSB). "A atividade parlamentar com o novo Regimento Interno e o Código Ética será norteada pelos princípios da democracia, da moralidade, da legalidade, da representatividade, do compromisso social, do respeito à vontade da maioria, da isonomia, da boa-fé e da eficiência. Pretendemos analisá-los o mais rápido possível, pois isso dará mais transparência para a Casa Joaquim Nabuco perante a sociedade pernambucana.", afirmou Coutinho.

O Código de Ética traz várias novidades, como a criação da 13ª Comissão, a de Ética Parlamentar, que ficará encarregada de zelar pelo funcionamento harmônico e pela imagem do Poder Legislativo. Ela vai receber e dar andamento aos requerimentos para sustação de processos criminais instaurados contra deputados e encaminhará à Presidência da Assembléia os esclarecimentos que julgar oportunos sobre matérias divulgadas pela imprensa que contenham ofensa à dignidade parlamentar ou à Casa Joaquim Nabuco. "O nosso objetivo, com essa comissão, é o aprimoramento da atividade parlamentar sob o aspecto ético", afirmou José Queiroz.

Em relação à quebra do decoro parlamentar, os deputados só poderão ser julgados pelo Tribunal de Justiça do Estado. No entanto, só serão presos em caso de flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, num prazo de 24 horas, o processo deve ser enviado à Alepe, que, por meio da maioria dos votos dos integrantes da Comissão de Ética, decidirá pela prisão ou não do deputado e, também, pela eventual perda do mandato. Em caso de prática de delito não considerado grave, poderá ser aplicada uma pena mais leve, de censura verbal. Por exemplo, em atos que infrinjam as regras da boa conduta nas dependências da Alepe ou perturbem a ordem nas reuniões plenárias.

Receberá uma censura escrita o deputado que praticar ofensas físicas ou morais na Assembléia, ou desacatar, com atos e palavras, outro parlamentar; a Mesa Diretora; comissão ou respectivos presidentes; portar arma dentro da Alepe; e deixar de cumprir, sem justificativa, missões oficiais para as quais foi designado.

A suspensão temporária do mandato será dada quando o parlamentar usar os poderes e prerrogativas do cargo para constranger ou aliciar servidor, colega ou qualquer pessoa sobre a qual seja hierarquicamente superior, com o fim de obter qualquer espécie de favorecimento; revelar conteúdo de debates ou deliberações que a Assembléia tenha resolvido que sejam secretos; e fraudar, por qualquer meio, o registro de presença das reuniões do Plenário, da Mesa Diretora ou das comissões. A aplicação dessa pena será de competência do Plenário, que deliberará, por maioria absoluta, após conclusão do processo disciplinar, o número de dias que o parlamentar ficará fora do exercício do mandato (não podendo ultrapassar o prazo de 30 dias).

"Esperamos inibir os parlamentares de cometer qualquer infração que seja um ultraje à confiança depositada pela população pernambucana nas eleições e, com isso, melhoraremos a imagem do Poder Legislativo", afirmou Carla Lapa.

MUDANÇAS - O novo Regimento Interno apresentará algumas novidades, como o aperfeiçoamento técnico dos prazos para o trâmite legislativo, que serão contados pelo número de reuniões plenárias. Com a mudança, o requerimento solicitando a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) também deverá esclarecer, minuciosamente, o fato a ser apurado. Em seguida, antes de ser aprovado em Plenário, passará pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, a fim de obter o parecer de legalidade.

Outra novidade prevista no Regimento Interno é que a população também poderá apresentar projetos de lei, sendo essas propostas formuladas por meio de abaixo-assinado. O número de assinaturas deverá ser correspondente a 1% do eleitorado, distribuído em pelo menos um quinto dos municípios do Estado.

A subcomissão deverá emitir, no início de maio, um parecer unificado sobre os projetos do Regimento Interno e do Código de Ética. As duas matérias foram objeto de discussão na legislatura passada.

AÇÃO PARLAMENTAR

PLENÁRIO APROVA 5 COM

No início desta 15ª Legislatura, nada menos do que seis requerimentos de parlamentares solicitando a abertura de Comissões Temporárias foram aprovados em Plenário, sendo cinco Comissões Especiais e uma Parlamentar de Inquérito (CPI). Deputados governistas e oposicionistas sugeriram a criação de grupos de trabalho para dar atenção especial a problemas nas áreas sociais, de segurança, de desenvolvimento econômico e dos transportes. Como, por exemplo, o combate ao tráfico de drogas e ao roubo de cargas, objeto de ação da CPI proposta pelo líder do PSDB, deputado Pedro Eurico.

"A história recente da Assembléia Legislativa registra os resultados positivos das CPIs sobre o Narcotráfico e a Violência, nas quais os deputados participaram efetivamente da solução de problemas, dando agilidade às investigações e sugerindo mudanças nas leis para conter a prática de irregularidades", destacou Eurico, defendendo a continuidade dos trabalhos, depois de ter acumulado a experiência de presidir as duas CPIs anteriores, em 2001 e 2002, respectivamente.

Ainda na área de proteção aos pernambucanos, a deputada Carla Lapa (PSB) propôs o acompanhamento sobre o que tem sido feito pelos Governos Federal, Estadual e Municipais em relação à violência praticada contra crianças e adolescentes, envolvendo o tráfico de jovens e a prostituição infantil. "Essa é uma questão crucial para a defesa da dignidade dos menores, e o Poder Legislativo tem que fazer a sua parte, fiscalizando para que o Recife deixe o ranking de terceira capital do turismo sexual", lembrou Carla Lapa. A CPI e a comissão de combate à prostituição infantil estão na fase inicial de seus trabalhos.

MESA DIRETORA - O instrumento da Comissão Temporária é uma alternativa às 12 Comissões Técnicas Permanentes, onde são debatidas, analisadas e aprovadas leis e encaminhadas soluções para os problemas de Pernambuco. As propostas dos parlamentares vão ao encontro dos objetivos da Mesa Diretora, que já anunciou a pretensão de intensificar as ações de fiscalização em quatro áreas prioritárias: a questão do narcotráfico e do roubo de carga; o problema da qualidade e sonegação fiscal no setor de combustíveis; a falsificação de medicamentos; e o sistema de transporte público.

Antecipando a ação da Mesa Diretora sobre a questão do transporte coletivo, o terceiro-secretário, deputado Nelson Pereira (PCdoB), sugeriu a criação da Comissão Especial para levantar dados sobre a situação do sistema de transporte público tradicional, que compreende os ônibus, e alternativo (Kombis e vans). O colegiado já foi instalado e, após ouvir as partes envolvidas na questão, oferecerá um completo diagnóstico do problema e soluções objetivas. "O sistema de transporte do Estado está beirando o caos, por isso precisamos contribuir para soluções urgentes", defendeu Pereira, que preside a comissão.



O combate ao roubo de cargas nas rodovias do Estado e ao tráfico

CARLOS OLIVEIRA



O sistema de transporte público, incluindo a polêmica questão dos alternativos, é debatido

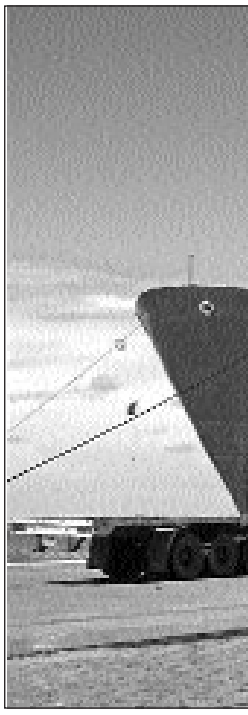
GRUPO VAI LUTAR PEL

O aproveitamento das potencialidades de Pernambuco na geração de emprego e renda também está no centro das preocupações dos parlamentares. O presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, deputado Lula Cabral (PMDB), sugeriu uma Comissão Especial para tratar, especificamente, da instalação de uma refinaria de petróleo no Estado. O início dos trabalhos do grupo será precedido de um Grande Expediente Especial para debater a questão, programado para o dia 28 de abril próximo.

"Precisamos colaborar para que o sonho da instalação da refinaria em Suape torne-se uma realidade", destacou Cabral, lembrando que o complexo portuário reúne as condições técnicas necessárias para o investimento de cerca de U$ 2 bilhões. "É preciso a união e a mobilização da classe política e da sociedade civil organizada", alertou.

O líder do PDT, deputado José Queiroz, pretende reativar a Comissão Especial que tratou da possibilidade de instalação de um Pólo Farmoquímico em Caruaru. Para o parlamentar, "o momento é oportuno, pela disposição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do ministro da Saúde, Humberto Costa, em viabilizar o projeto".

"Esta Assembléia Legislativa precisa não apenas participar dos debates sobre a questão, mas se integrar ao esforço para viabilizar as decisões políticas de



Complexo portuário

Governo e entidades p
o objetivo desejado", j

Já o líder do PT, d
conseguiu aprovar rec

ISSÕES ESPECIAIS E CPI

BRENO LAPROVITERA



o de drogas é objeto de uma CPI proposta pelo deputado Pedro Eurico

LA REFINARIA DE SUAPE

MOISÉS BARBOSA



o reúne, segundo Lula Cabral, condições para instalação de uma refinaria

rivadas, a fim de alcançarmos
ustificou Queiroz.
eputado Isaltino Nascimento,
querimento para a criação de uma Comissão Especial destinada a acompanhar a implantação das ações da Secretaria de Segurança Alimentar sobre a implantação do Programa Fome Zero em Pernambuco.

LEGISLATIVO TEM O PODER DE INVESTIGAR DENÚNCIAS

"Toda CPI termina em pizza." Quem nunca ouviu essa frase? A realidade, no entanto, é bem diferente. Porém, não é fácil para a população, de um modo geral, discernir sobre as ações de competência do Legislativo - que é o Poder responsável pela realização dessas comissões - dos demais Poderes, responsáveis pela continuidade dos trabalhos. Em resumo, ao Legislativo cabe apurar fatos, colher denúncias, reunir provas e ouvir acusados. Depois disso, todo o material da CPI é condensado em um relatório, que é encaminhado aos órgãos competentes, tanto no Poder Executivo quanto no Ministério Público.

As Comissões Parlamentares de Inquérito são criadas com base na Constituição Estadual, que determina que os membros desses colegiados terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento da Casa.

As CPIs são criadas mediante requerimento de um terço dos integrantes da Assembléia, por prazo definido, para a apuração de fato de relevante interesse para a vida pública e a ordem constitucional, econômica e social do Estado.

O Regimento Interno da Assembléia prevê que a comissão pode determinar diligências, ouvir indiciados, inquirir testemunhas sob compromisso, requisitar de órgãos da administração pública informações e documentos, requerer audiência de deputados e secretários de Estado, tomar depoimentos de autoridades estaduais e municipais e requisitar serviços de quaisquer entidades, inclusive policiais.

CPIs encaminham relatórios a órgãos que têm o dever de prosseguir com as investigações

Na prática, no entanto, os deputados encontram dificuldades ao solicitar informações, como a quebra de sigilos bancário, fiscal e telefônico. Para tornar mais eficazes os trabalhos das CPIs, está tramitando na Casa um projeto de autoria do deputado Augusto Coutinho (PFL), que prevê, entre outras mudanças, a quebra de sigilo sem autorização judicial.

Ao concluir os trabalhos, a CPI deverá apresentar um relatório que será publicado no Diário Oficial do Poder Legislativo e encaminhado à Mesa Diretora, ao Ministério Público, ao Poder Executivo e, finalmente, à Comissão Permanente que tenha maior ligação com a matéria. Esta terá a incumbência de fiscalizar as providências tomadas pelos órgãos competentes.

CONFIRA OS COLEGIADOS

1 Comissão Especial para levantar informações sobre a situação do sistema de transporte coletivo (público e alternativo) do Estado. Autor: deputado Nelson Pereira (PCdoB).

2 Comissão Especial com o objetivo de realizar o acompanhamento das ações da Secretaria de Segurança Alimentar sobre a implantação do Programa Fome Zero em Pernambuco. Autor: deputado Isaltino Nascimento (PT).

3 Comissão Especial para viabilizar a implantação do Pólo Farmoquímico em Caruaru. Autor: deputado José Queiroz (PDT).

4 Comissão Especial com a finalidade de acompanhar os trabalhos dos Governos Federal, Estadual e Municipais sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes, envolvendo o turismo sexual, a prostituição infantil e o tráfico de jovens. Autora: deputada Carla Lapa (PSB).

5 Comissão Especial destinada a discutir a possibilidade de instalar uma refinaria no Complexo Portuário de Suape. Autor: deputado Lula Cabral (PMDB). **Obs**.: O requerimento dessa comissão foi aprovado em Plenário, mas faltar sair o ato que determina sua criação.

6 Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar o roubo de cargas e o tráfico de drogas em Pernambuco, bem como suas conexões com outros Estados da federação. Autor: deputado Pedro Eurico (PSDB).

FUNCIONAMENTO DO LEGISLATIVO

SEMINÁRIO VAI ORIENTAR ASSESSORES

A Escola do Legislativo Professor Manuel Joaquim de Almeida inicia a programação desta legislatura com a realização do *Seminário Um Olhar sobre o Parlamento*, que acontece nos dias 3 e 4 de abril. O evento é dirigido aos assessores dos deputados e segue o mesmo modelo do que foi promovido, no ano passado, para os parlamentares eleitos, objetivando proporcionar uma visão geral da Casa.

O seminário será realizado no auditório da Alepe e oferecerá, por meio de mesas-redondas, uma visão global de todo o processo e andamento do Poder Legislativo. Segundo a coordenadora-pedagógica da escola, Marisa Sposito, "o objetivo é proporcionar aos assessores o conhecimento sobre os trâmites administrativos e legislativos da Casa, otimizando a prática da legislatura". Serão ministradas palestras sobre o papel, a estrutura e o funcionamento do Poder Legislativo, processo legislativo, o Programa de Qualidade da Casa, entre outros temas.

A diretora do Departamento de Cerimonial, Socorro Vilaça, explicará os procedimentos do Cerimonial na atividade parlamentar e a diretora do Departamento de Assistência Legislativa, Ana Olímpia Severo, informará os processos e trâmites legislativos da Casa. Os assessores também conhecerão o Sistema Lotus Notes, programa de Intranet utilizado na Alepe, e serão orientados pelo assessor da Comissão de Finanças, Claúdio Alencar, sobre as formas de auxiliar os parlamentares durante a discussão da Lei Orçamentária Anual (LOA), do Plano Plurianual (PPA) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Durante o seminário, a escola também promoverá o lançamento do Guia do Orçamento Público Estadual para a Cidadania, de autoria de Cláudio Alencar, com orientações sobre o sistema orçamentário público (ver matéria abaixo).

DIREÇÃO - A escola inicia o biênio também sob um novo comando. A pedagoga Lúcia Galindo assume a direção da instituição, com o desejo de dar continuidade ao trabalho que já vinha sendo desenvolvido e tentar suprir as necessidades dos servidores da Alepe que ainda não foram atendidas. "Pretendemos dar prosseguimento aos cursos e complementar nossa programação, atendendo aos pedidos dos servidores da Casa", afirmou.

FERNANDO FERREIRA



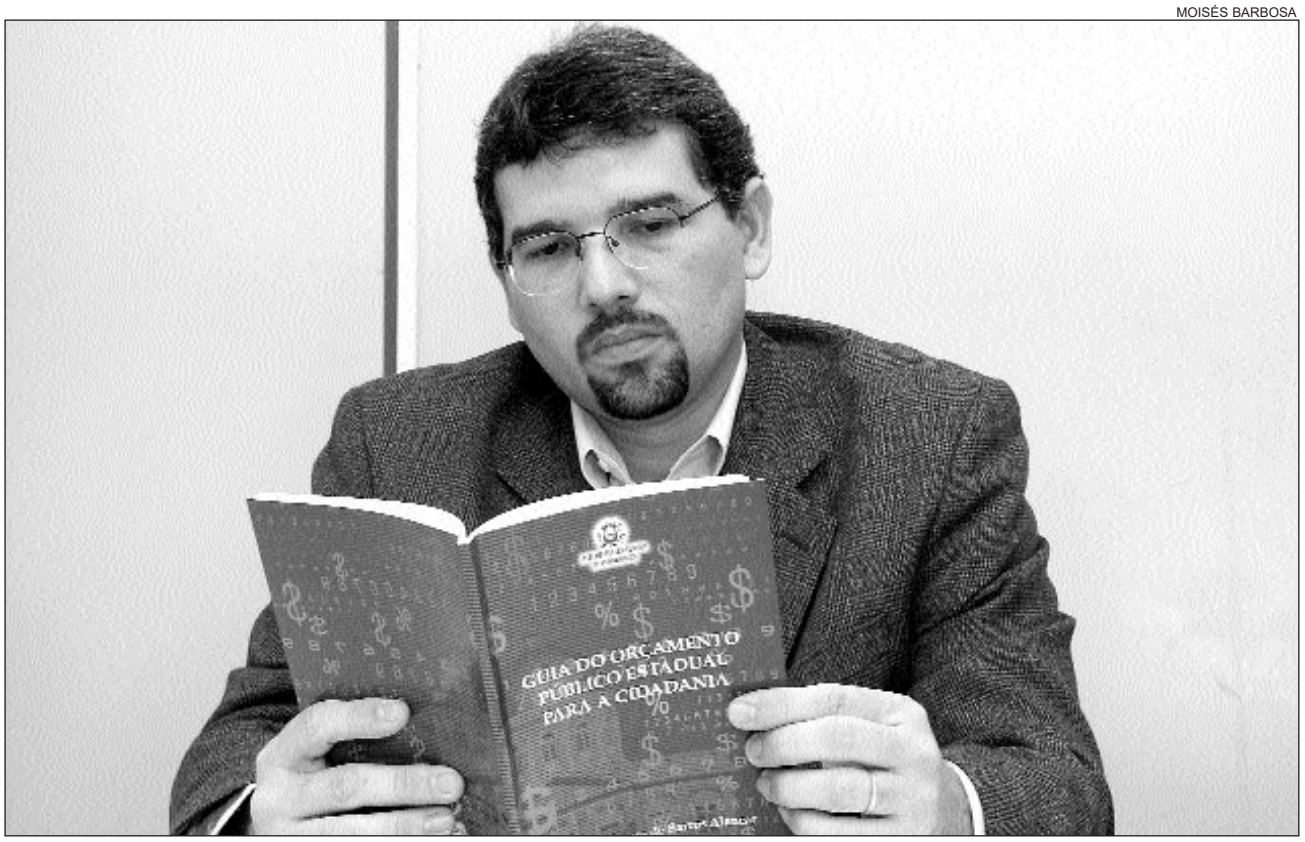
Lúcia Galindo, Marisa Sposito, Margareth Barbosa e Theresa Andrade integram a Escola do Legislativo

Segundo ela, uma das iniciativas é elaborar um programa voltado para oferecer cursos de especialização e pós-gradução para os servidores com nível superior. "Vamos, ainda, dar continuidade aos programas de telessalas, com os cursos de primeiro e segundo graus e os de Informática", informou.

A coordenadora Marisa Sposito informou que a instituição de ensino estará utilizando novas formas para divulgar os cursos oferecidos e chamar a atenção dos servidores. "Além de encaminhar a programação através do Notes, como já fazíamos, estamos enviando fôlderes, junto aos contracheques dos funcionários", informou. Este mês, serão ministrados os cursos de Qualidade no Atendimento ao Cidadão; Qualidade em Serviços com Foco no Cliente; Etiqueta Social e Profissional, Windows e Office; Windows, Internet e Notes; Processo Legislativo e de Supletivo de Ensino Médio.

GUIA SIMPLIFICA ORÇAMENTO PÚBLICO

MOISÉS BARBOSA



O economista Cláudio Alencar elaborou o livro com uma linguagem de fácil entendimento da população

Uma aula sobre o sistema orçamentário público, com uma linguagem simplificada e voltada para o entendimento da sociedade em geral. Assim pode ser definido o Guia do Orçamento Público Estadual para a Cidadania, do economista Cláudio Alencar, que será lançado pela Escola do Legislativo no dia 4 de abril.

O livro contém uma série de informações sobre as questões redacionais e o processo de elaboração dos orçamentos públicos, definições sobre as formas de arrecadação e de aplicação dos recursos, além de indicações sobre como fiscalizar essa aplicação. "Tentamos elaborar o guia com linguagem menos técnica possível, para promover o acesso daquelas pessoas que nunca tiveram o devido entendimento da área, que é muito complexa", destacou Alencar.

O guia analisa tópicos como a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA), Relatório de Gestão Fiscal, Relatório de Acompanhamento de Execução do Orçamento e aborda, também, as definições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). "Essa é uma iniciativa que tem como objetivo facilitar o entendimento da sociedade sobre o processo de elaboração, discussão e aprovação dos orçamentos públicos e, assim, fiscalizar a aplicação dos recursos", informou o autor, que é assessor-técnico da Comissão de Finanças da Assembléia.

"Como os recursos são escassos, o momento é propício para a sociedade conhecer como funcionam esses mecanismos e poder participar e intervir no processo", completou.

SEMINÁRIO

BRENO LAPROVITERA



Diretores e chefes de divisão participaram da elaboração do planejamento que vai nortear ações da Casa

Assembléia elabora ações estratégicas

Primeira Casa legislativa do País a receber o Certificado ISO 9002, A Assembléia Legislativa de Pernambuco quer mais. Por decisão da Mesa Diretora, o corpo técnico da Alepe está elaborando uma nova etapa no processo de modernização administrativa da Casa Joaquim Nabuco: trata-se do Planejamento Estratégico, estudo que vai nortear as ações da Casa Joaquim Nabuco nos próximos anos, principalmente durante esta legislatura.

O trabalho foi iniciado nos dias 11 e 12 do mês passado, quando diretores e chefes de divisões estiveram reunidos para fazer um diagnóstico dos pontos fracos e fortes do Legislativo. A partir disso, eles traçaram objetivos e metas que possibilitem uma nova perspectiva para a Alepe.

Objetivos e metas traçados por funcionários vão possibilitar novas perspectivas para a Alepe

Representando a Mesa Diretora no evento, o diretor-geral da Assembléia, Luiz Carlos Matos, destacou a iniciativa . "Estamos, mais uma vez, inovando, no intuito de levar a Assembléia de Pernambuco ao lugar que ela merece. Já demos um grande passo com a implantação da qualidade total na Casa. Agora, vamos avançar ainda mais, planejando não só as ações imediatas, mas pensando o Poder Legislativo do futuro", revelou.

O trabalho inicial para elaboração do Planejamento Estratégico foi coordenado pela ZAP Consultoria, empresa especializada no setor, com experiência de implantação de planos de ações. O consultor João Fernando de Melo, professor da Faculdade de Ciências da Administração de Pernambuco (FCAP), também destacou o empenho da Assembléia Legislativa do Estado. "Tenho a impressão de que essa é a primeira Casa legislativa do País a fazer um trabalho de planejamento estratégico. E isso é um desafio muito grande, um verdadeiro ato de coragem", afirmou.

De acordo com ele, o papel da consultoria na elaboração do planejamento "é ajudar a construir decisões, que vão se materializar a médio e longo prazos". Melo iniciou o trabalho com a realização de diagnósticos dos ambientes interno (pontos fracos e fortes) e externo (ameaças e oportunidades) da Alepe. Após isso, diretores e chefes apontaram qual deve ser a "visão de futuro" e a "missão institucional" da Casa.

A partir dessas constatações, passou-se à elaboração do Plano Tático, com objetivos e metas para as principais ações a serem adotadas pela Mesa Diretora nos próximos anos. No dia 28 do mês passado, houve um novo encontro, onde foi feita a redação final do documento. O planejamento terá monitoramento e acompanhamento até o fim deste ano.

PERSONAGEM DA ALEPE

Chico, um "lorde" no Plenário

O servidor Francisco Pereira Neto, 54 anos, 28 deles trabalhando na Assembléia Legislativa, é considerado uma das figuras mais simpáticas do Plenário da Casa Joaquim Nabuco. Com um sorriso, está sempre pronto a atender a um pedido, seja de parlamentares, de integrantes da Mesa Diretora, da imprensa, ou do público que comparece às reuniões plenárias, de segunda a quinta-feira.

A presteza e a simpatia de Chico, como é carinhosamente chamado pelos colegas, contagia a todos. "Ele sempre está pronto a nos atender, com muita educação", afirma o deputado Sebastião Rufino(PFL).

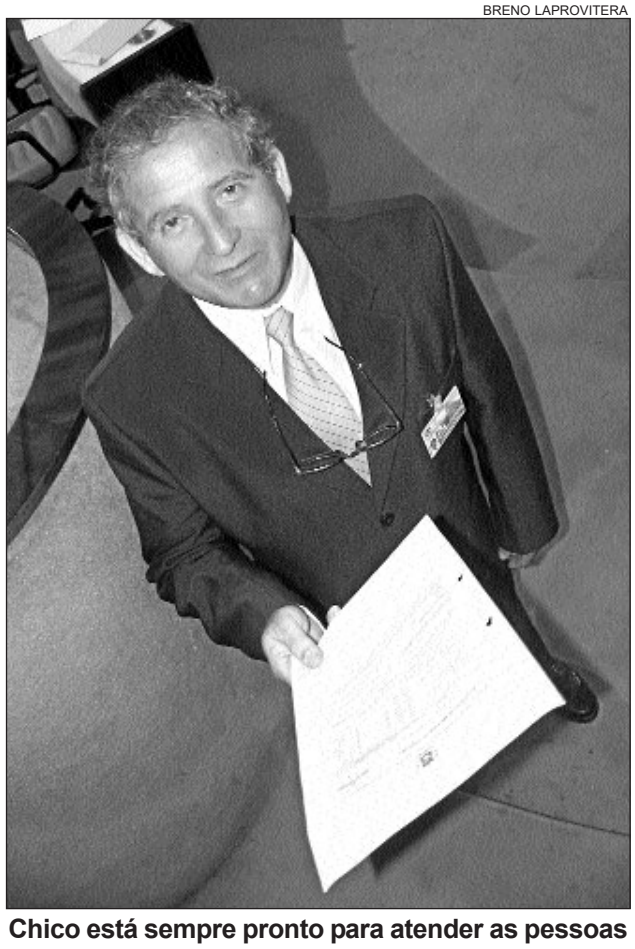
A diretora do Departamento de Assistência Legislativa (DAL), Ana Olímpia Severo, também faz elogios ao servidor. "Ele é eficiente e muito consciente de suas obrigações e afazeres, enfim, reúne todas as qualidades de um bom funcionário", destaca.

Para Chico, as tardes no Palácio significam mais do que um leva-e-traz de papéis e de bombons, que distribui entre os presentes, mas "um trabalho essencial para o bom funcionamento das atividades do Plenário".

Formado em Relações Públicas pela Esurp, Chico Neto foi lotado, inicialmente, na Diretoria-Geral. Posteriormente, passou para o Departamento de Assistência Legislativa, onde integra a Assessoria de Apoio ao Plenário.

Concursado, o servidor acompanhou muitas legislaturas, guardando na memória nomes que passaram pela Assembléia e alcançaram projeção nacional. Entre eles, o governador Jarbas Vasconcelos (então procurador da Casa), o ex-deputado federal Joel de Holanda e o deputado federal Roberto Freire.

BRENO LAPROVITERA



Chico está sempre pronto para atender as pessoas

PROJETO

SAGRAMA É ATRAÇÃO NO SEGUNDA CULTURAL

O grupo instrumental SaGrama se apresentou, no dia 10 de março, no Plenário da Assembléia Legislativa de Pernambuco. Foi a mais recente atração do Projeto Segunda Cultural, criado com o objetivo de divulgar a arte pernambucana, nas primeiras segundas-feiras úteis de cada mês.

Com repertório exclusivo de compositores pernambucanos, o SaGrama, que é coordenado pelo músico Sérgio Campelo, tocou músicas do último CD, *Tábua de Pirulito,* além de outras consagradas, como as da trilha sonora original da minissérie *O Auto da Compadecida* e do Rei do Baião, Luiz Gonzaga. A apresentação empolgou o público.

O Segunda Cultural teve início no dia 17 de fevereiro, com a apresentação do Coral Edgard Moraes e da Orquestra de Pau e Corda do Maestro Marco César. As atrações não cobram cachê. No próximo dia 7 de abril, o público vai poder assistir, no Plenário, a *Tejucupapo, um filme sobre mulheres guerreiras*.

O SaGrama, formado por nove músicos, foi criado em 1995, no Conservatório Pernambucano de Música, por iniciativa de Sérgio Campelo. O grupo já gravou cinco discos, vendidos em todo o Brasil.

Além da trilha sonora original da minissérie *O Auto da Compadecida*, do escritor Ariano Suassuna, o SaGrama gravou a trilha do filme Brasil Império na TV.

FERNANDO FERREIRA



O grupo instrumental tocou músicas do último CD, empolgando o público presente ao Plenário da Alepe

ROBERTO SOARES



PROJETO EXPÕE ESCULTURAS

O Projeto Cultura e Arte no Poder Legislativo, coordenado pelo Departamento de Cerimonial, expôs, no Salão Nobre do Palácio Joaquim Nabuco, 46 peças do caruaruense Ubenildo Ferreira Silva. A mostra, intitulada *Mulheres Marcianas*, foi realizada em 10 de março, quando a Alepe comemorou o Dia Internacional da Mulher. Os trabalhos tiveram grande aceitação, sendo quase todos adquiridos por deputados, servidores e visitantes. Ubenildo, 36 anos, 18 deles dedicados à arte, explica que, anteriormente, fazia talhas decorativas em argila. Há três anos, utilizando o mesmo material, começou a confeccionar esculturas. As peças produzidas no Alto do Moura, em Caruaru, têm entre 50 e 60 centímetros, são coloridas e feitas manualmente. "Procurei reunir nas esculturas os valores da mulher, transmitindo meiguice, delicadeza e modernidade", diz. As *Mulheres Marcianas* também têm o busto farto. "Bem na moda, mas sem silicone", brinca o artista.